

Sarney ainda admite rever o "pacote"

Para o Presidente, problema maior é substituir o desconto do IR na fonte

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

O presidente José Sarney está à procura de sugestões para substituir, no pacote de ajuste econômico que ele decide até quinta-feira, a proposta do ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, para obter cerca de Cr\$ 5 trilhões a mais com o congelamento da tabela do Imposto de Renda para quem ganha acima de cinco salários mínimos, que foi considerado inaceitável pelo ministro do Planejamento, João Sayad, e pela Aliança Democrática.

O pacote está praticamente pronto, com exceção do IR/fonte, de acordo com fontes autorizadas do Palácio do Planalto e dos ministérios. Na quinta-feira Sayad despacha com o Presidente para a assinatura dos cortes de gastos nas áreas das estatais (quase Cr\$ 15 trilhões além de Cr\$ 13 trilhões do corte anterior), Previdência (Cr\$ 4,5 trilhões) e dos subsídios ao álcool (Cr\$ 1,5 trilhão). Continua em discussão o reajuste das tarifas públicas, que daria mais Cr\$ 5 trilhões.

Até lá haverá uma decisão também sobre a proposta do Ministério da Fazenda, cuja aceitação integral já parece definitivamente afastada, apesar dos recados do Palácio do Planalto ("o Presidente aguarda alternativas"). O impasse criado pelos que são contra e a favor do aumento da carga tributária para a classe média assalariada vem desde sexta-feira, pelo menos, quando houve quatro reuniões — duas das quais sem a presença de Sarney — sem uma conclusão definitiva.

Por causa do impasse o Presidente reuniu sua assessoria no domingo, em seu sítio, quando foram discutidos os argumentos técnicos e as implicações políticas da eventual elevação da carga tributária sobre a classe média. Seu assessor econômico, Luís Paulo Rosenberg, que funciona como "decodificador" do economês para o Presidente, alinhou argumentos favoráveis a alguma forma de aumento da arrecadação através do Imposto de Renda, por acreditar que é justo que os

salários mais altos paguem uma cota maior para evitar mais inflação.

Os dois argumentos técnicos a favor da proposta do Ministério da Fazenda foram explicados ontem por outro assessor do Planalto como sendo o aumento líquido e imediato da arrecadação tributária, da ordem de Cr\$ 5 trilhões se mantida a atual tabela até dezembro, e a conseqüente "contenção da demanda por bens e serviços, com impacto favorável à queda dos preços porque a classe média não teria tanto dinheiro para aquecer o consumo nos próximos meses".

Para evitar o impacto negativo sobre os assalariados de menor renda, o Palácio já decidiu desde agora elevar para cinco salários mínimos o teto de isenção do IR/fonte, o que beneficiará 82,6% da população economicamente ativa do País. Mas os argumentos contra o congelamento da tabela para a classe média são muitos, a começar pela posição do ministro João Sayad, externada desde sexta-feira a seus assessores, que questiona o fato de não ser ouvido o Congresso em assuntos desta natureza.

O Ministro tem um argumento basicamente político: ele acha que se for necessário aumentar a carga tributária do assalariado é preciso antes informar à sociedade abertamente, levando o assunto ao Congresso, e não tentar "aproveitar uma falha na legislação" para aplicar uma espécie de truque em cima dos contribuintes, numa matéria que por sua própria natureza teria que estar regulamentada em lei (por envolver aumento de tributação).

Sobre sua posição anterior, favorável desde o início do Governo ao aumento da carga tributária para reduzir o déficit sem provocar recessão através de cortes excessivos nas estatais, seus assessores lembram que "no momento o Ministro acha que não é necessário cobrar mais dos assalariados". A alternativa que ele apresentou ao Presidente, para compensar os Cr\$ 5 trilhões que deixarão de entrar se a tabela não for congelada, foi

o reajuste real das tarifas de serviços públicos daqui em diante, que daria uma quantia equivalente, por outros meios.

O ministro Francisco Dornelles, que apareceu com a idéia de congelar a tabela há umas três semanas, não quer nem ouvir falar de uma política de aumentos reais (acima da inflação) para os serviços públicos, por considerar que o impacto disso sobre os preços impedirá a redução da inflação de 221,4% para cerca de 183% até dezembro. Seus assessores reconhecem que mesmo a equiparação dos reajustes de eletricidade, telefone, combustível e outros à inflação já daria um bom ganho de caixa para as estatais, mais elevaria os preços novamente, inviabilizando a política da Fazenda.

Quanto ao argumento da contenção da demanda, que ninguém admite claramente por coincidir com a receita ortodoxa do Fundo Monetário Internacional, foi colocada ao presidente José Sarney uma série de alternativas — mas a maioria colide com a política de segurar a inflação de qualquer jeito. Uma, por exemplo, recomenda simplesmente o fim dos controles de preços no atacado, já que automóveis — por exemplo — subiriam e isso naturalmente inviabilizaria a temida ânsia consumista da classe média.

Economistas consultados pelo Palácio do Planalto, informalmente, lembram que este argumento — cobrar mais imposto para impedir o aquecimento da demanda — não resiste a um exame mais aprofundado, já que o mesmo poderia ser conseguido através de maiores prazos mínimos para o financiamento de bens de consumo (crédito ao consumidor, consórcios etc.). E se o problema é aumentar a arrecadação, a sugestão mais ouvida é o simples aperto na fiscalização da Receita Federal sobre as empresas em geral. Mas o problema não é esse, mesmo porque as medidas tributárias aprovadas sexta-feira já se encarregarão de aumentar o ingresso de dinheiro no caixa do Tesouro em Cr\$ 15 trilhões.

ARQUIVO